



ALEITAMENTO MATERNO DIFERENCIAL PARA MENINOS E MENINAS

Elza Berquó

Do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
e do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP

"A fêmea é, por assim dizer, um macho mutilado"

Aristóteles

RESUMO

O propósito deste trabalho foi examinar a questão do aleitamento materno do ângulo de um certo favorecimento desta prática e de sua duração, em se tratando de filhos homens.

O que nos orientou foi a constatação, através do exame das estatísticas vitais, de um sub-registro acentuado de óbitos e nascimentos do sexo feminino. Muito embora neste trabalho não se tenha, sempre, chegado a diferenças estatisticamente significantes no sentido da hipótese de trabalho proposta, a prevalência e o tempo médio de amamentação sistematicamente maiores para os meninos, abrem perspectivas para estudos que possam aprofundar esta questão.

SUMMARY

The purpose of this paper is to examine the question of breast-feeding from the standpoint of observing whether this practice is favored to some extent and lasts longer when the child is male.

The basic orientation was provided from discovering through an examination of vital statistics that births and deaths of females are markedly under-registered. Although the results of this study did not produce statistically significant differences in connection with the proposed working hypothesis, the systematically higher prevalence and longer average breastfeeding period for boys point to the need for further studies to investigate the issue in greater depth.

INTRODUÇÃO

A motivação para o presente estudo foi surgindo à medida em que fomos acumulando algumas evidências numéricas que parecem comprovar a presença de um acentuado machismo na sociedade brasileira, exacerbado na região Nordeste. Trata-se de informações sobre óbitos e nascimentos, por sexo, com as quais nós demógrafos nos defrontamos freqüentemente, porém preocupados em utilizá-las com outros propósitos, não havíamos juntado de forma adequada, as peças deste quebra-cabeça revelador de uma discriminação quanto ao sexo feminino.

No que se segue enumeraremos algumas destas peças: no Brasil nem todos os óbitos são registrados, muito embora a legislação há tempos em vigor exija um atestado de óbito para o sepultamento. O grau de cobertura do registro de óbitos varia nas diversas regiões do país, sendo sempre maior para mortes masculinas do que femininas (Morell, 1982). Assim, para o país como um todo, estimou-se, para 1970, uma cobertura de 83% para os óbitos masculinos, isto é, 17% são omitidos do registro, em contraposição a uma omissão da ordem de 28% para as mortes do sexo feminino; isto corresponde a uma diferença relativa, favorável ao sexo masculino, da ordem de 14%. Olhando o subregistro de óbitos pelas sete grandes regiões brasileiras, para cada um dos sexos, verifica-se o seguinte:

	Homens	Mulheres	Difer. Relat.
Rio de Janeiro (I)	11%	20%	10%
São Paulo (II)	6%	18%	13%
Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (III)	8%	17%	10%
Minas Gerais e Espírito Santo (IV)	17%	27%	12%
Distrito Federal (VI)	2%	14%	12%
Norte (VII)	29%	40%	16%
Nordeste (V)	32%	44%	18%

Estes dados estão indicando que para todas as regiões, o grau de omissão é sempre maior para as mulheres. Todavia, é no Nordeste, seguido de perto pelo Norte, onde a falta de cobertura, para ambos os sexos, é a mais acentuada, tornando-se ainda mais séria para as mulheres. De fato, 44% das que morreram não tiveram sequer registrados os seus óbitos.

Na falta de qualquer outra razão capaz de explicar achados de tal natureza, esta constatação levanta suspeita na direção de uma valorização diferencial, dada pela nossa sociedade, ao homem e à mulher.

É fato hoje consagrado que nascem mais meninos do que meninas, isto é, que a razão de sexos¹ ao nascimento apresenta variação estatisticamente significativa com respeito ao valor esperado de 1:1.

Neste sentido, é interessante notar que já em 1662 o inglês John Graunt, nas suas famosas *Observações*, havia feito esta afirmação, especificando que o excesso não era muito grande, mas de ordem de cinco por cento. A este resultado chegou Graunt a partir do exame minucioso de uma publicação — *the bills of mortality* — surgida com objetivo bem distinto, qual seja o de registrar as mortes causadas pelas pestes e epidemias que perseguiram a população britânica durante os séculos XVI e XVII². Contribuiu também para esta constatação, a observação dos registros de batismo para o mesmo período.

A partir de então, um volumoso material informativo tem sido reunido por autores diversos no sentido de reforçar a constatação de um superávit de nascimento do sexo masculino. Assim, o astrônomo Pedro Guilherme Wargentin encontrou para a Suécia, no período de 1755-1763, uma proporção de 104,35 nascimentos de meninos para cada 100 de meninas e, para os nascidos mortos esta proporção atingiu 105,02. Adolfo Quetelet reunindo milhares de informações de países europeus, apresenta, em 1935, em seu livro *Física Social*, uma proporção média para a Europa, da ordem de 106 meninos para 100 meninas, ao nascimento. Estas informações e mais as milhares de outras coligidas desde o começo deste século reafirmaram esta regularidade.

Inúmeras hipóteses foram e continuam a ser levantadas para dar conta deste fenômeno. Segundo Cavalli-Sforza (1971), dois mecanismos podem ser os principais responsáveis pelas variações na razão dos sexos, um atuando no momento da fecundação e o outro após esta. No primeiro, os espermatozoides portadores do cromossoma X e do cromossoma Y seriam produzidos em proporções diversas, favorecendo, na fecundação do óvulo a constituição XY. Outra possibilidade seria que os espermatozoides portadores de cromossomas Y tivessem eficiência distinta daqueles portadores de X, no sentido de fecundarem um óvulo. Aliás T.H. Morgan já havia mencionado que sendo o espermatozoide portador do cromossoma X mais pesado e maior em tamanho, poderia ser dotado de menor velocidade, o que levaria o portador do cromossoma Y a ter maior chance de alcançar o óvulo.

O segundo mecanismo para explicar esta maior proporção de nascimentos masculinos diz respeito a uma mortalidade diferencial a que estariam sujeitos os embriões. Segundo Cavalli-Sforza há abundante evidência neste sentido. Muito difícil, entretanto, é comprovar o primeiro dos mecanismos acima descritos.

¹ Definida como a relação por quociente entre o número de homens e o de mulheres.

² É curioso observar que surgidos por determinação do rei Henrique VIII que assustado com a alta mortalidade, queria acompanhar de perto a evolução das epidemias e pestes, estes boletins de mortalidade se constituíram na origem do que mais tarde se denominou estatística vital. Não fosse o grande incêndio que se abateu sobre Londres naquele setembro de 1666 e, em lugar de apenas alguns exemplares salvos da tragédia, que o visitante atento encontra no Museu Britânico, ter-se-ia conservado toda a série publicada num período de quase 90 anos!

Isto posto, se aos mecanismos descritos acrescentarmos a elevada taxa de perdas fetais nos países em desenvolvimento, quando comparados aos mais desenvolvidos, chegamos a encontrar certa coerência para o fato de que nos primeiros, a razão de sexos seja inferior a 105 homens para 100 mulheres, ficando por volta de 102 para 100. De fato, o que esta constatação geral está indicando é que dentre as perdas fetais há mais fetos masculinos do que femininos, isto é, concebidos em maior proporção, os fetos do sexo masculino estão sujeitos a, uma mortalidade intra-uterina maior. Por esta razão, quando a mortalidade pré-natal é baixa, a proporção de sexos dentre os nascimentos vivos retrata o superávit de meninos, conseqüente de uma maior proporção de concepções do sexo masculino. Por outro lado, naqueles contextos menos desenvolvidos em que são mais elevadas as taxas de perdas fetais, e estas sendo mais acentuadas para o sexo masculino, acabam por determinar um superávit de apenas 2% favorável aos meninos.

No Brasil a razão de sexos, para os menores de 1 mês, acusada pelo Censo de 1980 revelou um superávit de 3% de meninos. Quando se contrastam dois estados brasileiros, como São Paulo e Pernambuco, observa-se que foram de 104,9% e 105,6%, respectivamente, as razões de sexo para os menores de 1 mês, no último censo.

Diante do exposto, a razão de sexos de 103 meninos para 100 meninas, encontrada para o Brasil, em 1980, o classifica em uma posição intermediária entre os menos e os mais desenvolvidos contextos, aproximando-o mais dos primeiros. Dados do Registro Civil apontam, para o país como um todo, uma mortalidade intra-uterina, em 1980, da ordem de 25% para fetos masculinos e de 21% para os femininos, reforçando o argumento de uma mortalidade fetal masculina superior à feminina. Por outro lado, o nível da mortalidade fetal, longe de ser muito baixo, explica também a razão de sexos de 103 e não de 105, como ocorre com os países mais avançados.

Os resultados observados para Pernambuco, entretanto, quando contrastados com São Paulo, chamam a atenção pelo fato de que estariam a indicar uma situação de superioridade naquele estado nordestino quanto às condições gerais de saúde, uma vez que estaria mais próximo dos contextos internacionais mais desenvolvidos. Ora, uma vez que melhores condições de saúde, de-

correm diretamente de um maior grau de desenvolvimento econômico e social, o que não é o caso em questão, e uma vez que não há razões objetivas para se admitir esta superioridade, trata-se de buscar explicações para estes achados. A primeira que poderia ser evocada é quanto à qualidade das informações censitárias. Para tanto, recorreu-se ao Registro Civil e encontraram-se resultados extremamente similares àqueles exibidos pelo censo, ou seja, a Pernambuco correspondeu uma razão de sexos igual a 105,5%, cabendo a São Paulo 104,6%. Em vista disto, passamos a levantar algumas hipóteses sobre os resultados, agora de ambas as fontes, do superávit de meninos no Nordeste.

Uma sub-enumeração censitária em menores de um mês, maior para as meninas

É fato conhecido o problema de memória a que estão sujeitas as declarações censitárias sobre recém-nascidos devido a não terem, em muitos casos, os pais ainda incorporado a nova presença, na casa, de um ser nascido há muito pouco tempo, como parte integrante da família. Mas por quê este fenômeno de memória afetaria principalmente as meninas?

Um sub-registro de nascimentos maior para meninas do que para meninos

No Brasil a taxa de sub-registro de nascimentos, estimada a partir da PNAD 73, estava por volta de 27% para a população urbana e 54% para a rural (Altmann, 1982). Por sub-registro, os autores denominaram a proporção de crianças nascidas durante os doze últimos meses (da PNAD) e que não foram registradas. Para o Nordeste, é alarmante o nível de omissão de registro, nesta faixa etária, passando de 52% a 76% quando se considera, separadamente, as populações urbana e rural. Esta situação se agrava ainda mais para famílias cujo chefe não é alfabetizado, isto é, chega a atingir os 78%. O custo de um registro representa um dos fatores determinantes desta situação (em 1981, no Nordeste, o custo de um registro era da ordem de 4,3% do salário mínimo vigente), ainda mais se se leva em conta a multa, prevista em lei, que corresponde a 10% do salário mínimo em vigor, em casos de atraso.

Em São Paulo, ainda segundo os autores, o sub-registro é bem menor, correspondendo a 8% nas áreas urbanas para atingir o valor de 14% nos meios rurais. Não cabe nenhuma dúvida de que as condições de vida da população, aliadas às distâncias em que se encontram os cartórios de registro civil, especialmente para os contingentes vivendo no campo, são fatores determinantes deste estado de coisas em que se encontram os registros dos fatos vitais.

Um trabalho conduzido em vários contextos brasileiros (Berquó, s.d.) mostrou que o registro de nascimento se faz em vários momentos da vida das pessoas, ou, em outras palavras, a curva que descreve a proporção de registros em função das idades, apresenta um máximo absoluto no primeiro ano de vida, seguido de máximos relativos às idades de entrada na escola, do alistamento militar, da entrada no trabalho e do casamento. Entre-



tanto, poucas são ainda as pesquisas realizadas em nosso meio sobre o sub-registro de nascimento e, praticamente inexistentes quando se trata de conhecer o diferencial por sexo.

Possivelmente já pensando que as meninas não vão precisar de documentos, a não ser mais tarde, seus pais adiem, mais do que para os meninos, os registros de suas filhas. Muitas delas, entretanto, podem ter passado toda a vida sem um registro, o que poderia explicar a alta omissão do registro de óbitos, assinalada páginas atrás. Afinal, não tendo sido registrado o nascimento de uma mulher, como poderia ser o seu óbito?

Maiores cuidados com os meninos preservando-os mais da mortalidade infantil no primeiro mês de vida

Raros também são os trabalhos sobre mortalidade infantil, segundo o sexo da criança, realizados em nosso país, e em particular no Nordeste, razão porque não se dispõe ainda de elementos para verificar esta hipótese. Neste sentido, pensamos que estudos que pudessem contribuir para elucidar algumas das questões aqui levantadas seriam bem-vindos neste momento. Constituindo-se

o aleitamento materno em uma das formas efetivas de cuidado da criança, aumentando-lhe a chance de sobrevivência nos primeiros meses de vida, acreditamos que seu estudo poderia trazer alguns esclarecimentos sobre as possíveis preferências pelo sexo masculino, as quais se tornaram patentes no decorrer da exposição feita até o momento.

Este trabalho teve como objetivo buscar evidências nesta direção. Para tanto, nos valem de dados levantados na pesquisa "O aleitamento materno na Grande São Paulo e na Grande Recife", realizada em 1981, cuja descrição encontra-se em anexo.

SITUAÇÃO GERAL DO ALEITAMENTO MATERNO SEGUNDO O SEXO DA CRIANÇA

Nas amostras estudadas, de 300 mães residentes em cada uma das duas metrópoles consideradas, procurou-se, em primeiro lugar, caracterizar a situação geral do aleitamento materno exclusivo e misto. Isto foi feito separadamente, para a Grande São Paulo e a Grande Recife, levando-se em conta o sexo da criança (Tabela 1).

TABELA 1				
Distribuição etária (em dias) das crianças, segundo o sexo, para a Grande São Paulo e a Grande Recife, 1981				
IDADE DA CRIANÇA (DIAS)	SÃO PAULO		RECIFE	
	Menina %	Menino %	Menina %	Menino %
Até 60	21,1	27,4	20,5	23,0
61 a 90	14,1	17,8	20,5	15,9
91 a 180	46,5	37,6	37,0	35,2
181 a 240	18,3	17,2	21,8	25,9
Nº de Casos	142	146	156	139
Idade Média	119 dias	111 dias	120 dias	124 dias
Idade Mediana	99 dias	98 dias	109 dias	129 dias

Em São Paulo, 8,5% das meninas nunca chegaram a conhecer o peito materno e daquelas que chegaram a ser amamentadas, 55,4% já não o estavam mais no momento da entrevista (Tabela 2a), proporção bastante elevada, quando se leva em conta o fato de que as meninas tinham uma idade mediana de 99 dias, isto é, pouco mais de 3 meses (Tabela 1). Para as 58 meninas sendo amamentadas no momento da entrevista, em 56,9% a mamadeira já havia sido introduzida, isto é, o aleitamento já era misto.

Esta situação descrita para as meninas não se altera substancialmente quando se consideram os meninos. De fato, 8,3% dos meninos também nunca foram amamentados pela mãe e 62% já haviam sido desmamados no momento da entrevista (Tabela 2b). A mesma observação anterior vale aqui, ou seja, trata-se de um alto percentual de desmame precoce, uma vez que os meninos tinham também uma idade média de 98 dias (Tabela 2) e daqueles que ainda estavam sendo amamentados, ape-

nas 37,2% recebiam aleitamento exclusivo.

Em suma, para a Grande São Paulo, nenhuma diferença estatística³ marcou o aleitamento, segundo o sexo da criança.

Passando à Grande Recife, observa-se que 12,9% das meninas nunca chegaram a ser amamentadas, proporção que se reduz, ligeiramente de 1,3 pontos percentuais, para os meninos (Tabela 3a). Das crianças amamentadas, já haviam deixado de ser 65,5% das meninas e 69,9% dos meninos, e para aquelas ainda em aleitamento, 85,2% das meninas e 78,4% dos meninos já haviam recebido mamadeira. Muito embora estas cifras *tendam a favorecer* os meninos, as diferenças não apresentam significância estatística.

³ Daqui em diante, sempre que mencionarmos, diferença estatística estaremos nos referindo ao teste de χ^2 com um grau de liberdade, ao nível de significância de 5%.

TABELA 2

Situação do Aleitamento Materno para mães residentes na Grande São Paulo, 1981, segundo o sexo da criança.

a) Menina

SITUAÇÃO DA AMAMENTAÇÃO	Nº	%	SITUAÇÃO DAS QUE AMAMENTARAM	Nº	%	SITUAÇÃO DAS QUE ESTÃO AMAMENTANDO	Nº	%
Amamentam ou Amamentaram	130	91,5	Estão Amamentando	58	44,6	Exclusivo	25	43,1
						misto	33	56,9
			TOTAL	58	100,0			
			Deixaram de amamentar	72	55,4			
TOTAL	130	100,0						
Não amamentaram	12	8,5						
TOTAL	142	100,0						

b) Menino

SITUAÇÃO DA AMAMENTAÇÃO	Nº	%	SITUAÇÃO DAS QUE AMAMENTARAM	Nº	%	SITUAÇÃO DAS QUE ESTÃO AMAMENTANDO	Nº	%
Amamentam ou amamentaram	134	91,7	Estão amamentando	51	38,0	Exclusivo	19	37,2
						Misto	32	62,3
			TOTAL	51	100,0			
			Deixaram de amamentar	83	62,0			
TOTAL	134	100,0						
Não amamentaram	12	8,3						
TOTAL	146	100,0						

TABELA 3

Situação do Aleitamento Materno, para mães residentes na Grande Recife, 1981, segundo o sexo da criança.

a) Menina

SITUAÇÃO DA AMAMENTAÇÃO	Nº	%	SITUAÇÃO DAS QUE AMAMENTARAM	Nº	%	SITUAÇÃO DAS QUE ESTÃO AMAMENTANDO	Nº	%
Amamentam ou amamentaram	136	87,1	Estão amamentando	47	34,5	Exclusivo	7	14,8
						Misto	40	85,2
			TOTAL	47	100,0			
			Deixaram de amamentar	89	65,5			
TOTAL	136	100,0						
Não amamentaram	20	12,9						
TOTAL	156	100,0						

b) Menino

SITUAÇÃO DA AMAMENTAÇÃO	Nº	%	SITUAÇÃO DAS QUE AMAMENTARAM	Nº	%	SITUAÇÃO DAS QUE ESTÃO AMAMENTANDO	Nº	%
Amamentam ou Amamentaram	123	88,4	Estão amamentando	37	30,1	Exclusivo	8	21,6
						Misto	29	78,4
			TOTAL	37	100,0			
			Deixaram de amamentar	86	69,9			
TOTAL	123	100,0						
Não amamentaram	16	11,6						
TOTAL	139	100,0						

Levando-se em conta que as observações anteriores foram feitas para toda a amostra que inclui mães primíparas e múltiparas, o passo seguinte na procura de algum diferencial por sexo, na situação do aleitamento materno, consistiu em considerar os resultados separadamente. Quanto às proporções de mães que nunca aleitaram seus filhos, verifica-se que para as múltiparas estas proporções, para São Paulo, foram de 10,0% e 6,9% (Tabela 4a e 4b), respectivamente, para meninas e meninos. Ou seja, um certo favorecimento para o sexo masculino, muito embora esta diferença não seja significativa do ponto de vista estatístico. Já para as mães múltiparas, residentes na Grande Recife, estas proporções correspondem a 16,4% e 13,2%, respectivamente (Tabela 5a e 5b). Estes dados, como os correspondentes a São Paulo, favorecem também o sexo masculino, sem entretanto apresentar uma diferença estatística.

Passando-se às primíparas, observa-se, em primeiro lugar, uma melhora na situação do aleitamento, pois a proporção de mães que nunca amamentaram sua primeira filha ou seu primeiro filho é sempre menor do que para as múltiparas. Sendo as primíparas, em média, mais jovens do que as múltiparas, este resultado estaria indicando uma mudança na atitude das mulheres mais jovens frente à questão do aleitamento. A única exceção se dá para as crianças do sexo masculino, de mães residentes na Grande São Paulo, sendo maior para as primíparas do que para as múltiparas, a proporção de mães que nunca amamentaram seu último filho. Entretanto, esta diferença não chega a ser significativa, estatisticamente falando.

Neste confronto, para um mesmo contexto, entre primíparas e múltiparas, para um sexo fixado, a única diferença significativa se verificou entre as proporções 5,8% e 16,4%, referentes, respectivamente, às mães primíparas e múltiparas que nunca amamentaram sua última filha. Ou seja, poder-se-ia pensar que em Recife as mães mais jovens estão apresentando traços marcantes de mudança quanto ao comportamento dispensado às filhas, no que tange ao aleitamento materno.

O DIFERENCIAL POR ORIGEM E PROCEDÊNCIA DA MÃE NO ALEITAMENTO MATERNO DE MENINAS E MENINOS

Será que a origem das mães leva a um comportamento diferencial no aleitamento, conforme o sexo da criança? Enfocando, em primeiro lugar, a proporção de crianças que nunca receberam o seio materno, verifica-se que em São Paulo, são muito próximas estas proporções, por origem e por sexo (Tabela 6), variando entre 7,3% e 9,3%. Para Recife, as mães de origem urbana, apresentaram proporções superiores às de São Paulo, de origem também urbana. Este fato reforça o que já foi salientado várias vezes, isto é, a posição mais desfavorável ao aleitamento em Recife do que em São Paulo, para ambos os sexos. Chama a atenção, entretanto, que para mães de origem rural o diferencial por sexo seja considerável, isto é, 10 pontos percentuais, em favor dos meninos, pois apenas 7,9% das mães de origem rural nunca amamentaram seus filhos, em contraposição a 17,6% daquelas de mesma origem que deixaram de dar o peito às suas filhas. Não só 17,6% é o maior percentual, tanto em Recife



quanto em São Paulo, como também 7,9% é praticamente o menor de todos. Este achado pareceria indicar que são as mães nordestinas, de origem rural, aquelas que têm uma tendência no sentido de favorecer mais os filhos, do que as filhas, quando se pensa em aleitamento materno.

Lançando mão, em seguida, de um outro indicador, qual seja da duração da amamentação, medido pela proporção de crianças que foram amamentadas por mais de quatro meses, verifica-se, em primeiro lugar um diferencial rural-urbano. De fato, as mães de origem rural apresentam, de maneira geral, proporções mais elevadas do que as nascidas no meio urbano. Este achado está de acordo com estudos realizados em países asiáticos (Knodel e Debavalya, 1980) e africanos (Lucas, 1977), que revelam a importância do diferencial rural-urbano, muito embora quase sempre menos relevante do que o fator educacional.

Voltando à tabela 6, e analisando a duração da amamentação, segundo a origem, separadamente, para meninos e meninas, destaca-se, desde logo, que em Recife, as mães de origem rural amamentaram 22,7% de seus filhos por mais de 4 meses, e apenas 13,3% de suas filhas, pelo mesmo tempo. Também para as mães nascidas em cidades, e residentes em Recife, a proporção de meninos amamentados por mais de quatro meses, 17,6%, foi superior à correspondente às meninas, ou seja, 10,5%, muito embora esta diferença tenha sido ligeiramente menor. Os resultados para São Paulo no que tange à interação — origem da mãe e sexo da criança — que à primeira vista parecem contraditórios, precisam ser vistos com certa cautela, devido à influência da migração nordestina na amostra de mães residentes na Grande São Paulo. De fato, das 288 mães que constituem esta amostra de São Paulo, 32% nasceram no Nordeste, e 21,2% são migrantes que, embora não tenham nascido no Nordeste, foi lá que permaneceram por mais tempo (após completarem dez anos de idade⁴), antes de se dirigirem a São Paulo, portanto, mais da metade trazendo certa influência da sociedade nordestina. Olhando estes percentuais, segundo o sexo das crianças, não se nota diferença, ou seja,

⁴ Este limite de idade, foi usado dado o fato de que as uniões, principalmente as não formais, se iniciam muito cedo no Nordeste brasileiro.

das mulheres que tiveram filhas (142), 32% nasceram no Nordeste e 20% lá permaneceram mais tempo; das que tiveram filhos (146), 33% nasceram e 23% eram migrantes com passagem pelo Nordeste.

Com o propósito de avaliar a possível influência destes antecedentes migratórios sobre o comportamento das mães no aleitamento, decompusemos a amostra de mães residentes em São Paulo, conforme tenham nascido

TABELA 4
Situação do Aleitamento Materno do último filho, para mães primíparas e multíparas, segundo o sexo da criança – Grande São Paulo, 1981

a) Menina

SITUAÇÃO DA AMAMENTAÇÃO \ PARIDADE	ESTAVAM AMAMENTANDO		DEIXARAM DE AMAMENTAR		NÃO AMAMENTARAM		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Primíparas	22	42,3	27	51,9	3	5,8	52	100,0
Multíparas	36	40,0	45	50,0	9	10,0	90	100,0
Total	58		72		12		142	

b) Menino

SITUAÇÃO DA AMAMENTAÇÃO \ PARIDADE	ESTÃO AMAMENTANDO		DEIXARAM DE AMAMENTAR		NÃO AMAMENTARAM		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Primíparas	25	42,4	28	47,5	6	10,9	59	100,0
Multíparas	26	30,0	55	63,1	6	6,9	87	100,0
Total	51		83		12		146	

TABELA 5
Situação do Aleitamento Materno do último filho, para mães primíparas e multíparas, segundo o sexo da criança – Grande Recife, 1981.

a) Menina

SITUAÇÃO DA AMAMENTAÇÃO \ PARIDADE	ESTÃO AMAMENTANDO		DEIXARAM DE AMAMENTAR		NÃO AMAMENTARAM		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Primíparas	16	30,8	33	63,5	3	5,8	52	100,0
Multíparas	31	29,8	56	53,8	17	16,4	104	100,0
Total	47		89		20		156	

b) Menino

SITUAÇÃO DA AMAMENTAÇÃO \ PARIDADE	ESTÃO AMAMENTANDO		DEIXARAM DE AMAMENTAR		NÃO AMAMENTARAM		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Primíparas	14	29,2	30	62,5	4	8,3	48	100,0
Multíparas	23	25,3	56	61,5	12	13,2	91	100,0
Total	37		86		16		139	

ou não no Nordeste, ou tenham ou não por lá permanecido longo tempo (Tabela 7). Para visualizar melhor os resultados, juntamos as quatro categorias em duas, com relação ao nascimento e também em duas para a classificatória quanto à permanência. Quanto ao lugar de nascimento das mães, observa-se que as nascidas no Nordeste nem sequer iniciaram, o aleitamento de 11,1% do total de suas filhas, esta proporção caindo para 4,2% do total de seus filhos, ou seja, uma diferença, favorecendo os meninos, da ordem de 6,9 pontos percentuais. Para as mães não nascidas no Nordeste, esta situação pareceria inverter-se ou, em outras palavras, 7,2% das meninas e 9,2% dos meninos não chegaram a receber o leite materno, levando a uma diferença de apenas 2,0 pontos percentuais. Vale a pena salientar, entretanto, que em nenhuma das situações aqui descritas houve diferença, no sentido estatístico. Passando ao confronto das duas categorias: mães que permaneceram por mais tempo no Nordeste e as mães restantes, observa-se que para estas últimas não houve nenhuma diferença entre os dois sexos, ou seja, tanto para meninos quanto para as meninas, foi de 8,8% a proporção de não amamentados pelas respectivas mães. Para aquelas mães migrantes com passagem demorada pelo Nordeste, foi um pouco menor para os meninos (6,1%) do que para as meninas (7,1%) a proporção daqueles que foram privados do leite materno, desde o nascimento. Finalmente, dividimos a amostra separando, de um lado, as mães que nem nasceram e nem permaneceram no Nordeste por longo tempo e, de outro, todas as restantes. Para as primeiras, 7,4% não amamentaram suas filhas e 9,3% não o fizeram com seus filhos: um certo favorecimento às meninas, porém sem significância estatística. Para aquelas de origem ou procedência nordestina, 11,1% e 6,3% não amamentaram as filhas e os filhos, respectivamente, isto é, uma diferença de 4,8% favorecendo os filhos.

Finalmente, outra maneira de olhar a situação do aleitamento foi considerar o tempo médio de sua duração, para mães que já haviam deixado de amamentar, na época da pesquisa (Tabela 8). Como se pode observar, o tempo médio de aleitamento materno é menor para mães nascidas no Nordeste do que para as demais. De fato, as meninas foram amamentadas, em média, 34,1 dias, enquanto que as filhas de mães não nascidas no Nordeste receberam o seio materno por 6,3 dias a mais. Para os meninos, os tempos foram de 45,5 e 49,9 dias, respectivamente. A diferença entre os tempos de aleitamento para meninas e meninos, filhos de mães no Nordeste, foi de 11,4 dias, a qual cai para 9,5 para mães não nordestinas. Passando-se, em seguida, a contrastar estes tempos para mães migrantes que permaneceram ou não um longo tempo no Nordeste, observa-se que, para as primeiras, aumentou a diferença, ou seja, foi de 18,9 dias, ou 2 semanas e meia, favorecendo os meninos. Para as demais mães, a diferença foi de apenas 6,8 dias. Vale notar que novamente para os meninos, com permanência ou não no Nordeste, quase não houve diferença no tempo médio de aleitamento, que variou de 47,3 para 48,6 dias. Já para as meninas, a diferença foi de quase duas semanas, isto é, aquelas mães que além de terem nascido no Nordeste lá permaneceram por longo tempo, amamentando suas filhas duas semanas a menos do que



as demais mães. Estes resultados estão mostrando que as mães nordestinas, ou que foram criadas no Nordeste, têm tendência a aleitarem seus filhos por mais tempo do que as filhas.

A ESCOLARIDADE DA MÃE E O ALEITAMENTO MATERNO DE MENINAS E MENINOS

A literatura tem mostrado que nos países em desenvolvimento, a educação é um dos mais importantes fatores dentre aqueles que influenciam o aleitamento materno. Verifica-se uma associação negativa entre educação e amamentação, isto é, quanto maior o grau de escolaridade das mães, menor a duração do aleitamento materno (Moni Nag, 1982). Por outro lado, nos países atualmente desenvolvidos, a mobilidade para níveis mais altos de escolaridade tem um efeito no sentido de aumentar a duração da amamentação. Esta tendência foi observada também para os dois contextos estudados neste trabalho, isto é, Grande São Paulo e Grande Recife (Tabela 9). Assim, as mães analfabetas ou sem primário completo, residentes em Recife, que nunca amamentaram seus filhos-homens chegaram a constituir 9,1% da amostra, em contraposição aos 14,0%, correspondentes àquelas com o primário completo ou mais. No referente às filhas, também um maior percentual, 16,0% correspondeu às mães mais educadas, em contraste com os 11,5%, para as menos favorecidas em matéria de instrução. Muito embora estas diferenças não sejam estatisticamente significantes, elas reforçam, os achados da literatura. Por outro lado, quando se fixa o nível de instrução, mais uma vez aparece em Recife o fato de que os meninos são mais favorecidos, no aleitamento do que as meninas. Realmente, para a categoria de instrução mais baixa, os valores são 9,1% (para meninos) e 11,5% (para meninas), e para as de maior nível de instrução, eles correspondem a 14,0% (para meninos) e 16,0% (para meninas). Prosseguindo com a análise de Recife, e considerando outro indicador, ou seja, a duração do aleitamento — medida pela proporção de crianças amamentadas por 4 ou mais meses — vê-se que este diferencial por educação também se revela, assim como o favorecimento do sexo masculino. O contraste, por sexo, para um mesmo nível de instrução, revela, em primeiro lugar,

que para mães com baixo nível de instrução, 25,0% dos meninos e 16,0% das meninas chegaram a ser amamentados por 4 meses ou mais. Nos níveis seguintes de instrução, caem ambas as porcentagens correspondentes e continua o favorecimento dos meninos.

Para as mães residentes em São Paulo, observa-se novamente esta associação negativa entre aleitamento e nível de escolaridade no que se refere aos meninos. Para as meninas, a situação é inversa, isto é, as mães com menor nível de instrução são as que menos amamentaram e por um menor tempo. Também aqui vale a observação já feita quando se estudou o efeito da interação — origem da mãe e sexo da criança — no aleitamento materno, ou seja, que a interpretação dos dados de São Paulo deve ser feita à luz do fato de que esta metrópole recebe consideráveis contingentes de migrantes do

Nordeste. Neste sentido, achamos conveniente proceder a uma análise por nível de instrução, separando das demais, as mães nascidas no Nordeste (Tabela 10).

Com isto torna-se claro como se compõe respectivamente, as proporções de 3,0% e 11,4% de filhos e filhas que nunca foram amamentados e cujas mães residiam na Grande São Paulo, e não tinham nem chegado a completar o primário. Das 33 mães nestas condições, e que tiveram filhos, 52% nasceram no Nordeste, e destas nenhuma deixou de amamentar seus filhos. Das 44 mães nas mesmas condições, e que tiveram filhas, 41% nasceram no Nordeste e destas 22,2% nunca chegaram a amamentar suas filhas. O contraste entre 0,0% e 22,2% revelou-se *estatisticamente significativa* ao nível de 5%. Este desdobramento da amostra de São Paulo permitiu, então, esclarecer o aparente favorecimento ao sexo mas-

TABELA 6
Situação do Aleitamento Materno de meninas e meninos, segundo a origem rural-urbana das mães — Grande São Paulo e Grande Recife, 1981

CONTEXTO SITUAÇÃO DO ALEITAMENTO	ORIGEM SEXO	SÃO PAULO				RECIFE			
		Urbano		Rural		Urbano		Rural	
		Menino	Menina	Menino	Menina	Menino	Menina	Menino	Menina
Nunca foram amamentados		8,2	9,3	8,5	7,3	13,3	11,6	7,9	17,6
Já estavam desmamados		60,7	52,6	62,8	58,8	74,1	64,5	60,0	67,9
Estavam sendo amamentados		39,3	47,4	37,2	41,2	25,9	35,5	40,0	32,1
Foram amamentados por mais de 4 meses		27,3	36,1	37,5	29,6	17,6	10,5	22,7	13,3

TABELA 7
Situação do Aleitamento Materno de meninas e meninos, segundo a região de nascimento e a procedência das mães migrantes e residindo na Grande São Paulo em 1981

CONTEXTO DE RESIDÊNCIA, DE ORIGEM E PROCEDÊNCIA	SEXO DA CRIANÇA ALEITAMENTO	MENINAS		MENINOS	
		Nº	% Nunca foram Amamentadas	Nº	% Nunca foram Amamentadas
São Paulo		142	8,5	146	8,3
Nascidas		45	11,1	48	4,2
Não nascidas		97	7,2	98	9,2
Permaneceram		28	7,1	33	6,1
Não permaneceram		114	8,8	113	8,8
Não nasceram e Não permaneceram		95	7,4	97	9,3
Todas as demais		47	11,1	49	6,3
Recife		156	12,9	139	11,5

Nota: Nascidas é a abreviação para = nasceram no Nordeste
Permanentes é a abreviação para = permaneceram no Nordeste pela maior parte do tempo, depois que completaram 10 anos de idade.

TABELA 8						
Duração média do Aleitamento Materno (em dias) de meninas e meninos, segundo a região de nascimento e de procedência das mães residentes na Grande São Paulo em 1981						
DECOMPOSIÇÃO DAS RESIDENTES NA GRANDE SÃO PAULO, SEGUNDO A REGIÃO DE NASCIMENTO E DE PROCEDÊNCIA	SEXO	MENINAS		MENINOS		DIFERENÇA
	ALEITAMENTO	Nº	Média de Aleitamento (em dias)	Nº	Média de Aleitamento (em dias)	
São Paulo		71	38,4	82	47,6	9,2
Nasceram no Nordeste		21	34,1	30	45,5	11,4
Não nasceram no Nordeste		50	40,4	52	49,9	9,5
Permaneceram no Nordeste		17	28,4	21	47,3	18,9
Não permaneceram no Nordeste		54	41,8	61	48,6	6,8

TABELA 9													
Situação do Aleitamento Materno de meninas e meninos, segundo a escolaridade das mães - Grande São Paulo e Grande Recife, 1981.													
CONTEXTO	SÃO PAULO						RECIFE						
	SEXO	Menino			Menina			Menino			Menina		
		ALEITAMENTO	Nº	% Nunca Amamentaram	% Amamentaram 4 ou + Meses	Nº	% Nunca Amamentaram	% Amamentaram 4 ou + Meses	Nº	% Nunca Amamentaram	% Amamentaram 4 ou + Meses	Nº	% Nunca Amamentaram
ESCOLARIDADE DA MÃE													
Analfabetas ou Primário Incompleto		33	3,0	43,7	44	11,4	31,2	66	9,1	25,0	61	11,5	16,0
Primário Completo ou mais		110	9,1	26,2	97	7,2	32,6	73	14,0	14,0	94	16,0	7,0

TABELA 10										
Situação do Aleitamento Materno de meninas e meninos, segundo a escolaridade das mães residentes na Grande São Paulo e na Grande Recife, em 1981 e a origem daquelas residentes na Grande São Paulo										
CONTEXTO DE RESIDÊNCIA E ORIGEM	SEXO DA CRIANÇA	ALEITAMENTO	ANALFABETAS OU COM PRIMÁRIO INCOMPLETO				PRIMÁRIO COMPLETO OU MAIS			
			Meninas		Meninos		Meninas		Meninos	
			Nº	% Nunca foram amamentadas	Nº	% Nunca foram amamentadas	Nº	% Nunca foram amamentadas	Nº	% Nunca foram amamentadas
São Paulo			44	11,4	33	3,0	97	7,2	110	9,1
Nascidas no Nordeste			18	22,2	17	0,0	27	3,7	31	6,4
Não nascidas no Nordeste			26	3,8	16	6,2	70	8,6	79	10,1
Recife			61	11,5	66	9,1	97	13,8	73	13,7

culino na Grande São Paulo, para mães com menor nível de instrução, de vez que para as meninas (Tabela 10) os dois contextos apresentavam resultados praticamente iguais e por volta de 11,5%, enquanto que para os meninos, São Paulo se destacava com apenas 3,0%, quando confrontado com Recife que apresentava uma proporção de 9,1%. Ficou claro, portanto, que este resultado decorria da influência das mães nordestinas na amostra de São Paulo. Para mães com maior nível de instrução, nenhuma diferença entre as proporções de crianças que nunca foram amamentadas, se revelou significativa, quer nos contrastes entre sexos, para mães da mesma origem, quer nos contrastes entre origens, para crianças de um mesmo sexo.

CONCLUSÃO

Ao terminar este estudo exploratório, em que pese o fato de que ainda continuam faltando várias peças no quebra-cabeça que nos propusemos elucidar, realizá-lo foi deveras estimulante. Tratando-se de uma primeira pesquisa em nosso meio sobre o tema, acreditamos que os resultados alcançados apontaram na direção de nossa hipótese de trabalho. Isto a julgar muito mais pela regularidade marcante com que os meninos foram favorecidos no aleitamento materno, do que por se constituírem em estatisticamente significantes, as diferenças observadas. Se, por um lado, à medida em que se esmiuça a origem, a situação rural-urbana do domicílio, a escolaridade, etc., da mãe, se aproxima cada vez mais dos determinantes das diferenças encontradas, por outro, estas decomposições vão reduzindo o valor explicativo dos resultados, sujeitos que ficam a grandes flutuações amostrais, devido ao pequeno número de casos. O resultado de que são as mães nordestinas, de baixa escolaridade, migradas para São Paulo, aquelas que amamentam mais os filhos do que as filhas e, aqueles por tempo mais prolongado, abre perspectivas para novas investigações que persigam algumas das questões aqui postas. Estudos de caráter mais antropológico sobre os cuidados com os recém-nascidos — que vão mais além da amamentação — possíveis determinantes de uma morbidade e uma mortalidade infantil, diferenciais por sexo, certamente trarão subsídios para o esclarecimento destas questões. Poderão, além disso, dar pistas do porquê se "esquece" mais do sexo feminino do que do masculino nos registros tanto de nascimentos como nos de óbitos.



Aleitamento materno . . .

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A PESQUISA "O ALEITAMENTO MATERNO NA GRANDE SÃO PAULO E NA GRANDE RECIFE, 1981" *

A pesquisa cujos resultados principais foram divulgados sob o título "O Aleitamento Materno na Grande São Paulo e na Grande Recife, em 1981" foi levada a efeito de janeiro a março de 1981, em decorrência do interesse do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde e da United Nations Children's Fund (UNICEF), em avaliar a situação do aleitamento materno na Grande Recife e na Grande São Paulo antes de ser deflagrada uma vasta campanha de saúde pública pró-aleitamento. Tratava-se, portanto, de um *baseline* das principais variáveis intervenientes nesta questão. Ao lado deste objetivo, a investigação se destinou também a produzir informações que ajudariam a implementar o programa nacional pró-aleitamento materno.

A realização da pesquisa, em todas as suas etapas esteve a cargo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) que, para tanto, constituiu uma equipe multiprofissional, a qual estruturou-se como um todo altamente articulado e interrelacionado, definindo-se a seguinte divisão de trabalho:

- Coordenação geral do projeto — Elza Berquó
- Coordenação dos trabalhos de pesquisa — Cheywa R. Spindel
- Consultoria econômica — Paul Singer
- Abordagem estatística — Elza Berquó
- Abordagem sociológica — Cheywa R. Spindel
- Pesquisa de profissionais de saúde — Marina Ferreira Rea
- Abordagem psicológica — Rosa Cukier

Quanto à metodologia adotada, a população objeto da pesquisa, foi definida através de dois grandes grupos de informantes: o de mães e o de profissionais de saúde.

O grupo de mães foi constituído por gestantes do 6º mês em diante, puérperas e mães com filhos de até 8 meses. Esta escolha se deve ao fato de que se precisava obter uma informação menos contaminada de recordação, bem como colher dados sobre o período pré-parto, onde, segundo alguns trabalhos, são tomadas as decisões relativas à forma de alimentar o futuro bebê.

Quanto às unidades de pesquisa, aprioristicamente, definiu-se que a situação de classe da população informante determina o acesso e utilização dos serviços de saúde disponíveis nas regiões em estudo. Por isso, como unidade de análise, considerou-se as instituições de atendimento médico-hospitalar, postos e centros de saúde, hospitais e maternidades.

O tipo de atendimento, indigente, INPS, conveniado ou medicina particular categorizou as classes sociais. Incluiu-se, além disso, como unidade amostral o domicílio localizado em favela, devido à pressuposição de que a população mais carente pudesse não ser usuária dos serviços de saúde.

As áreas geográficas trabalhadas foram as metropolitanas de São Paulo e Recife.

A amostra probabilística de mulheres foi obtida em três etapas. A primeira constitui em agrupar as unidades de saúde, dando-lhes pesos de acordo com a demanda e com a categoria social que se pressupõe constituir tal demanda, tais como: maternidades, centros de saúde, INAMPs, convênios e serviços particulares e favelas. Este procedimento evitou que unidades com pequena clientela entrassem na amostra.

Na segunda etapa as unidades específicas foram amostradas (dentro dos grupos formados na 1ª etapa). Estas unidades de saúde sorteadas representam, portanto, uma amostra de todas as unidades que oferecem serviços de atenção à gestante, mãe e criança pequena na Grande São Paulo. Suas rotinas foram detalhadamente estudadas, e nelas foram entrevistados profissionais de saúde que atendem as mulheres desde o pré-natal até o serviço de pediatria. O sorteio desses profissionais obedeceu a uma cota, também em função da demanda da unidade, isto é, houve centros de saúde nos quais se entrevistaram dois pediatras, enquanto noutros apenas um.

Numa terceira etapa, foram sorteados dias e instituições, e entrevistadas as mulheres que se encontravam nestas instituições naqueles dias.

Com a finalidade de operacionalização da pesquisa, as variáveis intervenientes foram agrupadas em três grandes grupos:

A. Condições objetivas concretas

Situação econômica influenciando no estado nutricional das mães, na carga de trabalho, na possibilidade de permanecer junto ao filho e nas condições físicas, resultantes destas situações, além de morbidade e dos problemas de parto de mães e filhos, que impedem ou bloqueiam os processos de produção e, sobretudo, de ejeção do leite.

Neste grupo deve-se incluir rotinas do sistema de atendimento de saúde que interferem concreta e diretamente nesse processo;

B. Motivação psico-social

Objetiva ou subjetiva, emocional, sentimental, afetiva, de status, expectativa grupal ou familiar, etc.;

C. Informação ou desinformação

Meios de comunicação, transmissão de cultura oral, de âmbito familiar, grupal ou de classe, informações obtidas ou passadas, direta ou indiretamente por profissionais de saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMANN, A.M.G. & FERREIRA, C.E.C. A situação do registro dos fatos vitais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, III. Águas de São Pedro, 1982. *Anais*. São Paulo, ABEP, 1982.
- BERQUÓ, E. *Pesquisa nacional de reprodução humana*. São Paulo, CEBRAP, s.d. mimeo.
- CAVALLI-SFORZA, L.L. *The genetics of human population*. San Francisco, W.F. Bodner, W.H. Freeman Co. 1971.
- KNODEL, J. & DEBAVALYA, N. Breast feeding in Thailand: trends and differentials; 1969-79. *Studies in Family planning*, 11: 355-77, 1980.
- LUCAS, D.W. Urban and rural fertility in Southern Nigeria. In: RUZICKA, L. ed. *The economic and social support for high fertility*: proceedings. Canberra, Australian National University, 1977.
- MONI NAG *The impact of sociocultural factors on breast-feeding and sexual behavior*. Draft, 1982.
- MORRELL, M.G.G. Estimación de la cabalidad de los registros de defunciones a partir de la distribución por edad las muertes, segun los metodos de Willian Brass e Samuel Preston, aplicaciones a Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, III. Águas de São Pedro, 1982. *Anais*. São Paulo, ABEP, 1982.

*O artigo aqui apresentado se insere na referida pesquisa e foi parcialmente financiado pela Fundação Ford (3º Concurso de Dotação de Bolsas de Pesquisa sobre a Mulher da Fundação Carlos Chagas).

